



**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01-028.558/15-27
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 03/2015**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS EXECUTIVOS, COMPOSTO DE ESTUDOS DE ENGENHARIA DE TRÂNSITO, ANÁLISE AMBIENTAL DOS PROJETOS DE TRÂNSITO, LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO, PROJETO GEOMÉTRICO, PROJETO DE INFRAESTRUTURA E DEMAIS PROJETOS COMPLEMENTARES.

O Município de Belo Horizonte – MG, com recursos do Contrato de Repasse nº 185.497/14 celebrado com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG, através da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS, por sua Comissão Permanente de Licitação – CPL, designada pela Portaria SMSU n.º 145/2014 de 29 de dezembro de 2014, torna público, para conhecimento dos interessados, estar realizando licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, do **tipo MENOR PREÇO**, sob o **regime de empreitada por preço global**, de acordo com as normas gerais da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 11.245, de 23 de janeiro de 2003, Decreto Municipal nº 13.791, de 02 de dezembro de 2009, Decreto Municipal nº 15.113, de 08 de janeiro de 2013, demais legislações complementares vigentes e, ainda, de acordo com as condições deste Edital e seus Anexos.

O aviso sobre esta licitação será publicado no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte – DOM, Diário Oficial do Estado – “Minas Gerais”, em um jornal de grande circulação – “Hoje em Dia” e divulgados através da Internet – *site* da BHTRANS. Havendo modificação neste Edital, o aviso será publicado da mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido. Demais publicações como modificações no Edital que, inquestionavelmente, não afetarem a formulação das propostas, comunicados, esclarecimentos, impugnações, resultados de habilitação e classificação, recursos, adjudicação e homologação, serão feitas unicamente no DOM – Diário Oficial do Município e/ou no *site* da BHTRANS.

Este Edital estará disponível para *download* no *site* da BHTRANS, podendo ser obtida cópia na sala da CPL – Comissão Permanente de Licitação, localizada à Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Prédio 1, Bairro Buritis, Belo Horizonte – MG, no horário de 10h às 15h, mediante comprovação de pagamento do custo referente às cópias reprográficas.

Para consultas por meio da Internet, deverão ser acessados os *sites*:

BHTRANS: www.bhtrans.pbh.gov.br ou DOM – Diário Oficial do Município: www.pbh.gov.br/dom

Constituem Anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

- | | | |
|-----------|---|---|
| ANEXO I | – | PROJETO BÁSICO |
| ANEXO II | – | CRONOGRAMA |
| ANEXO III | – | PLANILHA DE QUANTITATIVOS, PREÇOS ESTIMADOS E COMPOSIÇÃO DO BDI |
| ANEXO IV | – | DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE |
| ANEXO V | – | MODELO DE CARTA PARA CREDENCIAMENTO |
| ANEXO VI | – | ANÁLISE CONTÁBIL E FINANCEIRA |
| ANEXO VII | – | MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR |





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

ANEXO VIII	–	MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME OU EPP
ANEXO IX	–	MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA
ANEXO X	–	MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL E COMPOSIÇÃO DO BDI
ANEXO XI	–	MINUTA DE CONTRATO

CAPÍTULO 1 OBJETO

1.1 – Contratação de empresa de engenharia para o desenvolvimento de projetos executivos, composto de estudos de engenharia de trânsito, análise ambiental dos projetos de trânsito, levantamento topográfico, projeto geométrico, projeto de infraestrutura e demais projetos complementares.

1.2 – Os serviços serão prestados sob o regime de empreitada por preço global e pagamento por medição mensal.

1.3 – As especificações técnicas e detalhamentos encontram-se devidamente explicitados no Projeto Básico – Anexo I, Cronograma – Anexo II, Planilha de Quantitativos, Preços Estimados e Composição do BDI – Anexo III e na Minuta de Contrato – Anexo XI.

CAPÍTULO 2 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 – PODERÃO PARTICIPAR DA PRESENTE LICITAÇÃO

Poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas, legalmente constituídas, isoladamente ou sob a forma de consórcio, que operem no ramo pertinente ao objeto licitado, desde que satisfaçam as exigências deste Edital e seus Anexos.

2.2 – IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO

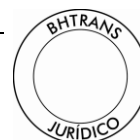
2.2.1 – A participação nesta licitação estará impedida às pessoas físicas, bem como às jurídicas que, na data prevista neste Edital para a entrega dos envelopes, encontrarem-se em qualquer uma das seguintes situações:

- a) Com falência decretada;
- b) Declaradas inidôneas por qualquer Órgão Público;
- c) Em suspensão temporária e impedidas de contratar com a Administração Municipal e/ou suas Unidades descentralizadas ou vinculadas;
- d) Empresas estrangeiras sem funcionamento no país.

2.2.1.1 – A observância das vedações do subitem 2.2.1 é de inteira responsabilidade da LICITANTE que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

2.3 – CONDIÇÕES DE ENDEREÇAMENTO E PROTOCOLIZAÇÃO DOS ENVELOPES

2.3.1 – Os Documentos para Habilitação – **Envelope Nº 01** e a Proposta Comercial – **Envelope nº 02** deverão ser apresentados ao Protocolo da CPL – Comissão Permanente de Licitação da **BHTRANS**, à Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Prédio 1, Bairro Buritis, Belo Horizonte – MG, até às **09h45 do dia 23/07/2015**, em envelopes separados, fechados, rubricados e identificados na forma a seguir:





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

**ENVELOPE N.º 01
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 03/2015
Documentos para Habilitação**

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S.A. – **BHTRANS**

Data da sessão de abertura: **23/07/2015**

Horário de início dos procedimentos: **10 horas**

Local: Sala de Licitações da **BHTRANS**
Endereço: Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900 – Prédio 1 – Buritis
30.455-902 – Belo Horizonte/MG

**Nome/Razão Social da Licitante
CNPJ**

**ENVELOPE N.º 02
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 03/2015
Proposta Comercial**

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S.A. – **BHTRANS**

Data da sessão de abertura: a ser definida pela CPL após o resultado final da habilitação.

Local: Sala de Licitações da **BHTRANS**
Endereço: Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900 – Prédio 1 – Buritis
30.455-902 – Belo Horizonte/MG

**Nome/Razão Social da Licitante
CNPJ**

2.3.1.1 – A protocolização dos envelopes fora do prazo estabelecido no subitem 2.3.1 determinará o impedimento de participação da empresa interessada no certame.

2.3.2 – Não serão aceitos documentos ou propostas enviados por fax ou por qualquer tipo de correio eletrônico, admitindo-se a condição prevista no subitem 2.3.3.

2.3.3 – Os envelopes de Documentação e de Propostas, quando enviados por via postal ou equivalente (serviços especializados de entrega, transportadoras etc.), somente serão considerados para a licitação se derem entrada no Protocolo da CPL – BHTRANS, até a data e hora definidas no subitem 2.3.1, independentemente da data e horário da postagem ou da remessa.

2.3.3.1 – A CPL – Comissão Permanente de Licitação não se responsabilizará por envelopes de Documentação e Proposta Comercial encaminhados na forma descrita no subitem 2.3.3, entregues em local diverso da CPL e que, por isso, não cheguem na data e horário definidos no subitem 2.3.1.

2.3.4 – A realização da sessão pública de abertura dos ENVELOPES n.º 01 – Documentos para Habilitação – está prevista para o **dia 23/07/2015, às 10 horas**, na Sala de Licitações, no endereço acima definido, sendo processada pela Comissão Permanente de Licitação.

2.4 – DOS REPRESENTANTES LEGAIS E MANDATÁRIOS DAS LICITANTES

2.4.1 – As LICITANTES poderão indicar um representante para intervir em qualquer fase do processo licitatório e responder, para todos os efeitos, no presente momento ou a posteriori, por sua representada.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

2.4.2 – O instrumento que comprovará a representatividade da LICITANTE será:

- a) Para Procurador/Credenciado: Instrumento Público ou Particular de Procuração, com prazo de validade em vigor, ou Carta de Credenciamento, conforme modelo disposto no Anexo V, em cujos termos sejam outorgados ao procurador/credenciado os poderes necessários à prática de todos os atos pertinentes ao certame.
- b) Para Proprietário: sendo o representante sócio, proprietário ou dirigente da LICITANTE, com poderes para representá-la em conjunto, deverá apresentar o respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos os poderes necessários para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, e, ainda, apresentar a Carta de Credenciamento ou Instrumento Público ou Particular de Procuração.
- c) Para Proprietário: sendo o representante sócio, proprietário ou dirigente da LICITANTE, com poderes para representá-la isoladamente, deverá apresentar apenas o respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos os poderes necessários para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

2.4.3 – Nas hipóteses de representação mediante Instrumento Particular de Procuração ou Carta de Credenciamento, é obrigatório o reconhecimento da(s) firma(s) do(s) respectivo(s) outorgante(s) por Cartório competente, bem como a apresentação da documentação que lhe(s) comprove(m) a titularidade dos poderes necessários à constituição do procurador ou representante credenciado (Estatuto, Contrato Social etc.).

2.4.4 – O representante (procurador, credenciado ou proprietário/sócio/dirigente) deverá estar munido de documento hábil de identificação para, se convocado para tal, identificar-se.

2.4.5 – No caso de Consórcio, as empresas dele integrantes serão representadas pela empresa líder do Consórcio, com poderes para a prática dos atos necessários e inerentes ao procedimento.

2.4.5.1 – A empresa líder, por sua vez, poderá credenciar um procurador ou fazer-se representar por sócio que detiver representação, observado o disposto no item 2.4 e seus subitens, tudo sem prejuízo da responsabilidade solidária dos integrantes do consórcio pelos atos praticados por seu representante.

2.4.6 – Nas sessões públicas, somente será admitida a participação efetiva de um único representante de cada LICITANTE durante os trabalhos.

2.4.7 – Não apresentando quaisquer das formas de representação citadas no subitem 2.4.2, a LICITANTE ficará sem representante perante a Comissão Permanente de Licitação, não podendo fazer consignar em Ata suas observações, rubricar documentos, bem como praticar os demais atos de um mandatário, persistindo a situação até que esta necessidade seja atendida, sendo-lhe resguardado o direito de assistir à sessão pública.

2.4.8 – Os documentos indicados no item 2.4 e seus subitens poderão ser apresentados no original, em fotocópias autenticadas na forma da Lei, em publicação em jornal da Imprensa Oficial ou em cópias não autenticadas, se acompanhados dos respectivos originais para autenticação a ser feita pela CPL na sessão pública de abertura.

CAPÍTULO 3

DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

O **ENVELOPE N.º 01**, ao ser entregue, deverá conter os documentos obrigatórios, com os prazos de validade em vigor.

3.1 – DO CADASTRO NO SUCAF

3.1.1 – Comprovante de cadastro no SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e os documentos relacionados nos itens/subitens **3.2, 3.4 e 3.5.2 a 3.8**.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

3.1.1.1 – O Cadastro no SUCAF deverá comprovar atividade pertinente ao objeto da presente licitação para qualquer um dos seguintes **Códigos: 01.07** - Estudos e Projetos na Área de Engenharia – de Trânsito e/ou **03.19** – Serviços Técnicos Especializados de – Consultoria e Assessoria em Transporte/Trânsito e/ou **03.88** – Serviços Técnicos Especializados de - Consultoria e Assessoria em Engenharia, em geral (CREA).

3.1.1.2 – Na data limite para entrega dos envelopes, a CPL fará consulta à base de dados do SUCAF, relativamente à situação das LICITANTES, para emissão do documento SITUAÇÃO DO FORNECEDOR, que deverá comprovar a regularidade dos documentos habilitatórios junto aos órgãos pertinentes, incluindo o CRC – Certificado de Registro Cadastral.

3.1.1.3 – A LICITANTE cadastrada conforme subitem 3.1.1.1, com algum(ns) documento(s) em situação irregular junto ao SUCAF, exceto o CRC, deverá incluir, previamente, no Envelope n.º 01, documento(s) substituto(s) que comprove(m), na data limite para protocolização dos envelopes, a regularidade do(s) documento(s) indicado(s) na consulta como irregular(es), sob pena de inabilitação.

3.1.1.4 – A CPL não aceitará Recibo de Protocolo de Documentos, em substituição ao Cadastro no SUCAF.

3.1.1.5 – As LICITANTES que não possuem o cadastro no SUCAF, conforme subitens 3.1.1 e 3.1.1.1 ou que estiverem com o CRC vencido, poderão participar da licitação desde que apresentem toda a documentação relacionada nos itens 3.2 a 3.8.

3.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

3.2.1 – Registro comercial, no caso de empresa individual.

3.2.2 – Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores.

3.2.2.1 – Os documentos relacionados no subitem 3.2.2 poderão ser substituídos apenas pela última alteração, caso seja consolidada.

3.2.3 – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

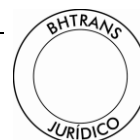
3.2.4 – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.2.5 – CONSÓRCIOS:

As LICITANTES que optarem pela participação em forma de Consórcio obrigam-se a apresentar, além dos documentos exigidos de todas as empresas participantes, o seguinte:

3.2.5.1 – Compromisso público ou particular de constituição de Consórcio, subscrito pelas consorciadas, com indicação da empresa líder responsável pelo Consórcio e da proporção da participação de cada uma, observadas as seguintes normas:

- a) a liderança do Consórcio caberá, obrigatoriamente, a empresa nacional;
- b) a líder do Consórcio deverá ser a empresa que, proporcionalmente, tiver maior atribuição de responsabilidade na prestação do serviço objeto desta contratação;
- c) é solidária a responsabilidade das integrantes pelos atos praticados em Consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do Contrato;
- d) a empresa LICITANTE consorciada não poderá participar nesta licitação em mais de um Consórcio ou isoladamente, nos termos da Lei.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

3.3 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

3.3.1 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da LICITANTE.

3.3.2 – Comprovante de Regularidade perante o INSS.

3.3.3 – Comprovante de Regularidade perante o FGTS.

3.3.4 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

3.3.5 – Para fins de comprovação de regularidade para com a Fazenda Federal (subitem 3.3.1) e Regularidade perante o INSS (subitem 3.3.2), deverá ser apresentada a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pelo Ministério da Fazenda/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

3.4 – CAPACITAÇÃO E IDONEIDADE TÉCNICA

3.4.1 - Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) em nome da LICITANTE, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), que comprove(m) que a LICITANTE executou:

- a) contagem volumétrica classificatória suportada por registro de imagens, com tabulação automatizada;
- b) estudo de tráfego suportado por *software* de simulação capaz de modelar e avaliar o desempenho de rede de transporte e/ou tráfego, utilizando método de alocação dinâmica de tráfego, com abordagens macroscópica, mesoscópica e microscópica, e matriz(es) de origem/destino de viagens;
- c) simulação de tráfego com programação semafórica, utilizando o *software Transyt* ou similar;
- d) simulação de fluxos de tráfego de pedestres, utilizando *software* com algoritmo baseado no modelo de forças sociais (*Legion* ou similar);
- e) projeto executivo de, no mínimo, 10 (dez) quilômetros de vias urbanas, abrangendo os componentes de: geometria viária, terraplenagem, drenagem, pavimentação, sinalização de trânsito, urbanismo e paisagismo.

3.4.1.1 – O(s) Atestado(s) deverá(ão) estar acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitida(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

3.4.1.2 – Em se tratando de Atestado(s) emitido(s) em nome do Responsável Técnico – RT, deverá ser feita a comprovação do vínculo desse profissional com a empresa LICITANTE. Esta comprovação deverá ser feita por meio de cópia da Ficha de Registro do Empregado, ou do Livro de Registro de Empregados, ou do Contrato de Prestação de Serviços devidamente registrado, ou por meio de cópia do Contrato Social em vigor ou da Ata de Eleição de seus Administradores.

3.4.1.2.1 – Nos termos do § 10 do art. 30 da Lei nº 8.666/93, os profissionais indicados pela LICITANTE para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverão participar dos serviços objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela BHTRANS.

3.4.1.3 – O(s) Atestado(s) deverá(ão) conter informações que permitam a identificação do emitente.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

3.4.1.4 – Em caso de participação de Empresas em Consórcio, a qualificação técnica exigida (atestado(s)) poderá corresponder à soma da capacidade técnica das empresas consorciadas.

3.4.2 – **Declaração de Disponibilidade**, conforme modelo previsto no Anexo IV, assinada pelo(s) representante(s) legal(ais) da LICITANTE, garantindo que, caso seja contratada, possuirá a equipe técnica mínima relacionada no subitem 6.2 do Projeto Básico – Anexo I, instalações, equipamentos e equipe de suporte técnico adequados para prestação dos serviços em Belo Horizonte, ainda que não seja sediada nesta Capital.

3.5 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.5.1 – Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da empresa LICITANTE.

3.5.2 – Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por meio de índices oficiais, quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) Sociedades Anônimas: publicação do balanço em Diário Oficial ou jornal de grande circulação da sede da LICITANTE;
- b) Empresas com mais de 1 (um) ano de existência: balanço patrimonial e a demonstração do resultado do último exercício social, com os respectivos termos de abertura e encerramento registrados na Junta Comercial ou Cartório;
- c) Empresas com menos de 1 (um) ano de existência: balanço de abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da LICITANTE.
- d) Empresas sujeitas ou optantes pela Escrituração Contábil Digital – ECD, também chamada de SPED-Contábil: balanço patrimonial e a demonstração do resultado do último exercício social, com o respectivo recibo de entrega de livro digital.

3.5.2.1 – O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão conter assinatura do responsável da empresa e do profissional de contabilidade habilitado.

3.5.2.2 – Ocorrendo a atualização prevista no subitem 3.5.2, deverá ser apresentado o memorial de cálculo correspondente anexado ao balanço.

3.5.2.3 – Para a qualificação econômico-financeira da LICITANTE, os índices de LC, LG e SG, apurados no Anexo VI – Análise Contábil e Financeira, deverão apresentar resultados iguais ou maiores que 1 (um).

3.5.3 – Além dos índices apurados no Anexo VI, a LICITANTE deverá comprovar possuir PATRIMÔNIO LÍQUIDO mínimo de R\$ 451.708,24 (quatrocentos e cinquenta e um mil, setecentos e oito reais e vinte e quatro centavos), correspondente a 10% (dez por cento) do valor máximo desta licitação, devendo a comprovação ser feita através do balanço patrimonial exigido no subitem 3.5.2.

3.5.4 – Em caso de participação de empresas em Consórcio, admite-se, para efeito de qualificação econômico-financeira exigida nos subitens 3.5.2.3 (índices) e 3.5.3 (patrimônio líquido), o somatório dos quantitativos de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

3.6 – DECLARAÇÃO expressa de que a LICITANTE não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso V do art. 27 da Lei Federal n.º 8.666/93, acrescido pela Lei Federal 9.854/99 e declaração de não possuir superveniência de fato impeditivo de habilitação, assinada pelo(s) representante(s) legal(ais) da LICITANTE, conforme modelo constante no Anexo VII.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

3.7 – DECLARAÇÃO prevista no Anexo VIII – Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, quando for o caso, assinada pelo(s) representante(s) legal(ais) da LICITANTE.

3.8 – DECLARAÇÃO de Elaboração Independente de Proposta, conforme modelo previsto no Anexo IX, assinada pelo(s) representante(s) legal(ais) da LICITANTE.

3.9 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À HABILITAÇÃO

3.9.1 – Toda a documentação deverá, preferencialmente, ser encadernada, rubricada e numerada sequencialmente seguindo a ordem dos documentos exigidos neste Edital para habilitação.

3.9.2 – Todos os documentos previstos neste Capítulo deverão ser emitidos da seguinte forma:

- a) caso a LICITANTE seja a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) caso a LICITANTE seja a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles, que comprovadamente, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;
- c) o(s) atestado(s) de capacidade técnica previsto(s) neste Edital poderá(ão) ser apresentado(s) em nome da LICITANTE, com CNPJ da matriz e/ou da filial.

3.9.3 – O comprovante de cadastro emitido pelo SUCAF e as Certidões emitidas pela Internet ficam dispensados de autenticação.

3.9.3.1 – A CPL efetuará consulta aos *sites* dos órgãos emissores para confirmar a autenticidade dos documentos emitidos pela Internet.

3.9.4 – Os documentos solicitados poderão ser apresentados no original, em cópias legíveis autenticadas por Cartório competente ou em publicação em jornal da Imprensa Oficial.

3.9.4.1 – Os documentos poderão ser apresentados, ainda, em cópias legíveis não autenticadas, se acompanhados dos respectivos originais para autenticação a ser feita pela CPL na sessão de abertura.

3.9.5 – Quaisquer documentos apresentados em língua estrangeira deverão estar acompanhados das respectivas traduções oficiais juramentadas, inclusive quanto aos registros.

3.9.6 – As certidões e demais documentos que possuem validade, deverão estar com vigência plena na data limite fixada para apresentação das propostas.

3.9.6.1 – As certidões que não tenham expressa a sua validade pelos respectivos emitentes somente serão aceitas se expedidas há 90 (noventa) dias, no máximo, da data limite fixada para apresentação das propostas, ressalvados os documentos que, por natureza, possuam prazo de validade indeterminado.

3.9.7 – A não apresentação do Anexo VI – Análise Contábil e Financeira não implicará na inabilitação da LICITANTE, uma vez que os índices poderão ser calculados através dos dados do Balanço Patrimonial apresentado.

3.9.8 – As Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP poderão se utilizar das prerrogativas previstas nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º do Decreto Municipal nº 13.791/2009, observando as disposições seguintes.

3.9.8.1 – As ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para habilitação, mesmo que estes apresentem alguma restrição fiscal.

3.9.8.2 – Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada proponente da melhor proposta, prorrogáveis por igual período, a critério da Comissão





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

Permanente de Licitação, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

3.9.8.3 – A prorrogação do prazo para regularização fiscal dependerá de requerimento apresentado tempestivamente, devidamente fundamentado, a ser dirigido à Comissão Permanente de Licitação.

3.9.8.3.1 – Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.

3.9.8.4 – A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 3.8.8.2 ou, se for o caso, no subitem 3.8.8.3, implicará decadência do direito à contratação sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação.

3.9.9 – A LICITANTE que participar na forma do subitem 3.1.1.5, deverá apresentar, obrigatoriamente, o comprovante de cadastro ativo no SUCAF caso seja convocada para assinar o Contrato, conforme disposto na alínea “c” do item 8.2.

3.9.10 – As empresas que participarem na forma de Consórcio deverão apresentar toda a documentação relacionada neste Capítulo, ressalvadas as hipóteses previstas nos subitens 3.4.1.4 e 3.5.4.

CAPÍTULO 4 PROPOSTA COMERCIAL

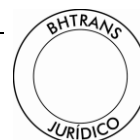
O **ENVELOPE N.º 02** deverá conter a Proposta Comercial, conforme indicado a seguir:

4.1 – A PROPOSTA COMERCIAL deverá ser encaminhada no **ENVELOPE n.º 02**, de acordo com o **Modelo de Proposta Comercial e Composição do BDI – Anexo X**, em 1 (uma) via, contendo a identificação da LICITANTE, datada, rubricada em todas as suas páginas, devidamente assinada pelo(s) representante(s) legal(ais), dela constando:

- a) Valor unitário e total de cada item grafado numericamente;
- b) BDI grafado percentualmente e numericamente.
- c) Preço global grafado numericamente e por extenso;
- d) Prazo de validade da proposta que deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação ao Protocolo da CPL – BHTRANS;
- e) Declaração que conhece as exigências para contratação dispostas no Capítulo 8 do Edital, incluindo a obrigatoriedade da comprovação do cadastro no SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (alínea “c” do item 8.2).
- f) Declaração de que a LICITANTE conhece e concorda com todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

4.1.1 – As propostas que omitirem o prazo previsto na alínea “d” do item 4.1 serão entendidas como válidas pelo prazo indicado na respectiva alínea.

4.1.2 – Não havendo manifestação em contrário por parte da LICITANTE em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo de validade da proposta indicado na alínea “d” do item 4.1, este será automaticamente prorrogado por igual período, ou seja, prorrogado por mais 60 (sessenta) dias.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

4.2 – No ENVELOPE N.º 02 – Proposta Comercial deverá ser apresentada, ainda:

4.2.1 – Documentação que comprove os poderes de representação dos respectivos signatários (Estatuto, Contrato Social, etc.), salvo se já tiver sido apresentada na situação prevista nos subitens 2.4.2 ou 3.2.

4.2.1.1 – A LICITANTE deverá observar, conforme definido no Estatuto, Contrato Social, etc., os poderes para assinatura da proposta comercial (isoladamente ou em conjunto).

4.2.2 – Planilha de Composição de Custos detalhada para cada item do Modelo de Proposta Comercial e Composição do BDI – Anexo X, pormenorizando e detalhando todos os custos que compõem o preço de cada item. Deverão ser discriminados separadamente os custos de materiais, de ferramentas, de equipamentos, de encargos sociais, da mão-de-obra e outros, podendo ser baseado em coeficientes de produtividade.

4.2.3 – Planilha de Composição do BDI, conforme modelo apresentado no Anexo X ou em modelo próprio, desde que de acordo com critérios aceitos pelo Tribunal de Contas da União.

4.2.3.1 – Conforme Súmula nº 254/2010 do Tribunal de Contas da União, o IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – não se consubstanciam em despesa indireta passível de inclusão na taxa de Bonificações e Despesas Indiretas – BDI do orçamento-base da licitação, haja vista a natureza direta e personalística desses tributos, que oneram pessoalmente o contrato.

4.2.4 – A incorreta ou não apresentação dos documentos relacionados no subitem 4.2.2 e 4.2.3 implicará na desclassificação da proposta da LICITANTE.

4.3 – A proposta deverá referir-se a todo o objeto especificado neste Edital e Anexos. Não será admitida proposta incompleta.

4.4 – Os preços deverão ser expressos em Real (R\$), inclusive os unitários, com 2 (duas) casas decimais, devendo neles estar incluídos todos os impostos, taxas, transportes, material, mão-de-obra e demais custos diretos e indiretos aplicáveis e constituirão a única remuneração pela prestação dos serviços licitados.

4.5 – A proposta comercial e a composição do BDI deverão ser apresentados, preferencialmente, conforme o modelo apresentado no Anexo X.

4.5.1 – A LICITANTE, de acordo com o modelo de proposta apresentada no Anexo X, deverá preencher apenas os preços unitários e o percentual total do BDI apurado na Composição do BDI. Os demais preços serão calculados automaticamente (ver subitem 4.5.2). Deverá, ainda, preencher os demais campos da proposta, como extensos e identificações – inclusive na parte referente às declarações.

4.5.2 – A LICITANTE poderá apresentar a Proposta Comercial e a Composição do BDI em outro modelo, desde que observe todas as exigências deste Capítulo e preserve todas as informações constantes no Anexo X – Modelo de Proposta Comercial e Composição do BDI.

4.6 – Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

4.7 – A apresentação da proposta comercial pressupõe o conhecimento e aceitação integral deste Edital e todos os seus Anexos, nos quais estão detalhadas todas as informações e/ou condições para a prestação de serviços licitada.

CAPÍTULO 5 PROCEDIMENTOS DA LICITAÇÃO

5.1 – A licitação será processada em 2 (duas) fases:





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

- a) 1ª Fase, com a abertura dos Envelopes N.º 01, contendo os Documentos de Habilitação;
- b) 2ª Fase, com a abertura dos Envelopes N.º 02, contendo as Propostas Comerciais das proponentes habilitadas.

5.2 – A abertura dos ENVELOPES N.º 01 – Documentos para a Habilitação será feita no dia, local e hora indicados no subitem 2.3.4 deste Edital, em sessão pública, dirigida pela Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

5.2.1 – A CPL poderá analisar a documentação e fazer o seu julgamento na mesma sessão de abertura, ou posteriormente, se necessários quaisquer outros procedimentos ou participação de outras áreas para contribuir na análise e julgamento.

5.2.2 – Suspensa a sessão, a decisão quanto à habilitação será publicada no DOM – Diário Oficial do Município e no *site* da **BHTRANS**, ficando os envelopes de Proposta Comercial sob a guarda da CPL, devidamente lacrados e rubricados no fecho pelos seus membros e pelos representantes legais das LICITANTES presentes.

5.2.3 – A inabilitação da LICITANTE importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

5.3 – Os envelopes de Proposta Comercial serão abertos:

- a) na mesma sessão de abertura dos Envelopes N.º 01 se houver renúncia registrada em ata ou formalizada por escrito de todas as LICITANTES ao direito de interposição de recursos contra o resultado de habilitação; ou
- b) após transcorrido o prazo legal, sem que tenha havido interposição de recurso, mediante convocação que será publicada no DOM – Diário Oficial do Município e no *site* da **BHTRANS**; ou
- c) após publicação de decisão dos recursos interpostos, mediante convocação que será publicada no DOM – Diário Oficial do Município e no *site* da **BHTRANS**.

5.3.1 – A CPL poderá analisar e julgar as propostas comerciais na mesma sessão de abertura, ou posteriormente, se necessários quaisquer outros procedimentos ou participação de outras áreas para contribuir na análise e julgamento.

5.3.2 – Suspensa a sessão, a decisão quanto à classificação das propostas será publicada no DOM – Diário Oficial do Município e no *site* da **BHTRANS**.

5.3.3 – Ultrapassada a fase de habilitação e abertos os Envelopes de Proposta Comercial, não caberá desclassificação por motivos relacionados à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

5.4 – A abertura dos envelopes de Documentação e Proposta Comercial será realizada em sessão pública, lavrando-se ata circunstanciada, assinada pelos membros da CPL e pelos representantes legais das LICITANTES presentes.

5.4.1 – Toda a documentação e as propostas serão rubricadas pelos membros da CPL e pelos representantes legais das LICITANTES presentes à sessão.

5.4.1.1 – A Comissão Permanente de Licitação, por meio de sua Presidente e mediante a concordância de todos os representantes presentes, poderá definir outra maneira para a rubrica da documentação e/ou propostas, devendo constar em ata o procedimento adotado.

5.4.2 – Caso algum representante presente à sessão queira consignar as suas manifestações, ele receberá uma folha em branco para registrá-las de próprio punho, sendo que este documento será anexado a ata.

5.4.3 – A eventual recusa de algum representante em assinar a ata ou a documentação / proposta não será motivo de sua invalidação, mantido o disposto no item 5.4.2 supra.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

5.5 – Serão devolvidos, após vencido o prazo recursal, mediante recibo próprio, inviolados, os Envelopes de N.º 02 – Propostas Comerciais, às LICITANTES inabilitadas.

5.5.1 – Os envelopes de propostas das LICITANTES inabilitadas que não forem retirados conforme item 5.5, estarão disponíveis para devolução às interessadas (*inciso II do art. 43 da Lei 8666/93*) pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação da decisão final do certame no DOM (*Ato de homologação, revogação ou anulação*).

5.5.2 – Encerrado o prazo máximo informado no item 5.5.1, as propostas não retiradas serão consideradas inservíveis e inutilizadas pela CPL.

5.6 – A CPL poderá, em qualquer fase, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, nos termos do § 3º do art. 43 da Lei Federal n.º 8.666/93.

CAPÍTULO 6 EXAME DA DOCUMENTAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 – O exame da documentação e o julgamento das propostas serão feitos nos estritos limites da Lei Federal n.º 8.666/93, suas posteriores modificações, da Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Municipal nº 13.791/2009 e das disposições deste Edital.

6.2 – JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.2.1 – Serão consideradas inabilitadas as LICITANTES que tenham descumprido quaisquer das exigências habilitatórias deste Edital ou de seus Anexos, ressalvadas as microempresas e as empresas de pequeno porte que poderão se utilizar das prerrogativas previstas nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar n.º 123/2006 e nos artigos 4º e 5º do Decreto Municipal nº 13.791/2009.

6.2.2 – A Comissão Permanente de Licitação poderá, no julgamento dos Documentos para Habilitação, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

6.2.3 – A CPL poderá, caso julgue necessário, submeter a documentação de capacitação e idoneidade técnica à apreciação/análise da Gerência de Projetos de Trânsito – GEPRO da BHTRANS, mediante parecer fundamentado.

6.2.4 – Considera-se vencida a fase de habilitação:

- a) se houver renúncia registrada em ata ou formalizada por escrito de todas as LICITANTES ao direito de interposição de recursos contra o resultado de habilitação; ou
- b) após transcorrido o prazo legal, sem que tenha havido interposição de recurso; ou
- c) após publicação de deferimento ou indeferimento do recurso interposto.

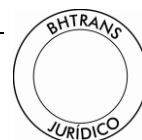
6.3 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.3.1 – O julgamento desta licitação será efetuado pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 44 c/c o art. 45 da Lei Complementar n.º 123/06, devendo ser considerada vencedora a LICITANTE que, atendendo às exigências e condições deste Edital e seus Anexos, oferecer a proposta mais vantajosa para a BHTRANS.

6.3.2 – O preço global máximo para esta licitação é de R\$ 4.517.082,40 (quatro milhões, quinhentos e dezessete mil, oitenta e dois reais e quarenta centavos).

6.3.3 – Se a proposta de menor preço não tiver sido ofertada por ME ou EPP, e houver proposta apresentada por ME ou EPP com valor até 10% (dez por cento) superior ao melhor preço, estará configurado o empate ficto previsto no art. 44, § 1º da Lei Complementar nº 123/06 e no art. 5º, § 1º do Decreto Municipal nº 13.791/2009.

6.3.3.1 – Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

6.3.3.1.1 – Se o representante da ME ou EPP mais bem classificada estiver presente na sessão, o mesmo será convocado para apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em primeiro lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência.

6.3.3.1.2 - Se o representante da ME ou EPP não estiver presente na sessão, a Comissão Permanente de Licitação encaminhará correspondência à LICITANTE, podendo ser inclusive por meio eletrônico, fixando prazo para apresentação de nova proposta comercial, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência.

6.3.3.1.3 – Caso a ME ou EPP mais bem classificada, em situação de empate ficto, utilize seu direito de preferência, será classificada em primeiro lugar e dar-se-á prosseguimento à sessão.

6.3.3.1.4 – Se a ME ou EPP mais bem classificada não exercer seu direito de preferência, na forma dos subitens anteriores, serão convocadas as demais ME ou EPP remanescentes, cujas propostas estiverem no limite estabelecido no subitem 6.3.3, na ordem de classificação, para o exercício do direito de preferência.

6.3.3.1.5 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME ou EPP que se encontrem nesse limite, a Comissão Permanente de Licitação realizará sorteio, entre essas empresas, para definir a que primeiro poderá apresentar nova proposta comercial.

6.3.3.1.6 – Não havendo ME ou EPP em situação de empate ficto, que utilize o direito de preferência, prosseguir-se-á a sessão observando-se a classificação das propostas comerciais.

6.3.3.1.7 – Terá a proposta classificada em primeiro lugar a LICITANTE que, após aplicação do direito de preferência instituído pela Lei Complementar nº 123/06, ofertar o menor preço.

6.3.3.1.8 – Após executar o procedimento de preferência descrito nos subitens acima, caso ocorra a inabilitação ou desclassificação da LICITANTE melhor classificada, será verificado a ocorrência de nova situação de empate ficto entre as LICITANTES remanescentes, assegurando a preferência da contratação para as Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

6.3.4 – Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação serão corrigidos pela Comissão Permanente de Licitação, com os seguintes critérios:

6.3.4.1 – Prevalecerão os preços unitários, corrigindo-se os demais valores, conforme a divergência apurada.

6.3.4.2 – Serão desconsiderados valores apresentados a partir da terceira casa decimal.

6.3.4.3 – Prevalecerá, para efeito de julgamento, o preço global apurado após a correção.

6.3.4.4 – A correção efetuada constará na ata de julgamento.

6.3.5 – A correção poderá ser objeto de diligência.

6.3.6 – A Comissão Permanente de Licitação poderá, no julgamento das propostas, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

6.3.7 – A Comissão Permanente de Licitação poderá, caso julgue necessário, submeter as Propostas Comerciais à apreciação/análise da Gerência de Projetos de Trânsito – GEPRO da BHTRANS, mediante parecer fundamentado.

6.3.8 – No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará por sorteio, em ato público, para o qual as LICITANTES serão convocadas através de publicação no DOM – Diário Oficial do Município e no site da BHTRANS.

6.3.9 – Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do prazo de validade das propostas, e caso persista o interesse da BHTRANS, poderá ser solicitada prorrogação da validade das mesmas a todas as LICITANTES classificadas.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

6.3.10 – SERÁ DESCLASSIFICADA A PROPOSTA QUE:

- a) não atenda aos requisitos ou exigências deste Instrumento Convocatório, **especialmente as exigências e condições dispostas no Capítulo 4 deste Edital;**
- b) não se refira à integralidade do objeto;
- c) **apresentar preço global superior ao preço máximo informado no subitem 6.3.2 deste Edital;**
- d) não esteja acompanhada das Planilhas de Composição do Custos e de Composição do BDI;
- e) **apresentar o(s) preço(s) unitário(s) acima de 20% (vinte por cento) do(s) preço(s) unitário(s) estimado(s) no Anexo III – Planilha de Quantitativos, Preços Estimados e Composição do BDI;**
- f) **apresentar o percentual total do BDI acima de 20% (vinte por cento) do percentual total do BDI estimado no Anexo III – Planilha de Quantitativos, Preços Estimados e Composição do BDI;**
- g) tenha inobservado o presente Edital, esteja incompleta ou apresente emendas, rasuras ou entrelinhas ou, ainda, linguagem que dificulte a exata compreensão do enunciado;
- h) tenha sido baseada em outra proposta;
- i) não atenda às exigências estabelecidas em diligências ou neste Edital;
- j) apresentar preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da LICITANTE, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração; ou superestimados (excessivos) ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no art. 44 § 3º e art. 48, II, § 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/93;

6.3.10.1 – SERÃO CONSIDERADOS PREÇOS EXCESSIVOS:

- a) o preço global acima do preço máximo indicado no subitem 6.3.2 deste Edital;
- b) o(s) preço(s) unitário(s) que esteja(m) acima de 20% (vinte por cento) do(s) unitário(s) estimado(s) no Anexo III – Planilha de Quantitativos, Preços Estimados e Composição do BDI;

6.3.10.2 – Serão considerados preços inexequíveis os valores que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do Contrato.

6.3.10.2.1 – Se a CPL entender que o preço é inexequível, fixará prazo para que a LICITANTE demonstre a exequibilidade de seu preço por meio de planilha de custos ou outros documentos.

6.3.10.2.2 – A não apresentação da documentação mencionada nos subitens 6.3.10.2 e 6.3.10.2.1, no prazo determinado pela CPL, resultará na desclassificação da proposta da LICITANTE e incorrerá em penalidades conforme previsto no Capítulo 12 deste Edital.

6.4 – Quando todas as LICITANTES forem consideradas inabilitadas ou desclassificadas, a CPL poderá fixar prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas, escoimadas das causas que motivaram tal inabilitação ou desclassificação, na forma do disposto no § 3º do art. 48 da Lei Federal n.º 8.666/93.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

6.5 – A BHTRANS se reserva o direito de solicitar ao Secretário Municipal de Serviços Urbanos mediante despacho fundamentado, as necessárias providências para:

- a) HOMOLOGAR a licitação.
- b) REVOGAR a licitação, em razão de interesse público;
- c) ANULAR, total ou parcialmente, o procedimento, em razão de ilegalidade ocorrida em seu curso.

CAPÍTULO 7 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Inexistindo manifestação recursal ou decididos os recursos porventura interpostos, a Comissão Permanente de Licitação encaminhará o processo para a autoridade competente – Secretário Municipal de Serviços Urbanos – homologar o procedimento licitatório e adjudicar o objeto à LICITANTE com proposta classificada em primeiro lugar.

CAPÍTULO 8 CONTRATAÇÃO E GARANTIA

8.1 – Após a homologação da presente licitação e adjudicação do seu objeto, a LICITANTE, doravante denominada ADJUDICATÁRIA, será convocada pela Gerência de Compras, Contratos e Licitações – GECOL da BHTRANS para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, assinar o Contrato competente.

8.2 – Para contratação, a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar à GECOL os seguintes documentos:

- a) Cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social da empresa e eventuais alterações, documentos estes que poderão ser substituídos apenas pela última alteração, caso seja consolidada;

a.1) Caso a ADJUDICATÁRIA seja um Consórcio, este ficará obrigado a comprovar, antes da celebração do Contrato, a constituição e o registro do Consórcio, nos termos do compromisso assumido;

- b) Instrumento Público ou Particular de Mandato, este último com firma reconhecida, outorgando poderes ao signatário da contratação, quando não se tratar de sócio ou diretor autorizado através do Estatuto ou Contrato Social;

c) Comprovação do CADASTRO com situação regular junto ao SUCAF, de acordo com qualquer um dos seguintes Códigos: 01.07 - Estudos e Projetos na área de Engenharia – de Trânsito e/ou 03.19 – Serviços Técnicos Especializados de – Consultoria e Assessoria em Transporte/Trânsito e/ou 03.88 – Serviços Técnicos Especializados de - Consultoria e Assessoria em Engenharia, em geral (CREA).

d) Prestação da garantia contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global indicado na sua proposta comercial, na forma da Cláusula Décima Segunda da Minuta de Contrato – Anexo XI.

d.1) Caso seja feita opção pela modalidade caução em dinheiro, a mesma deverá ser recolhida em conta a ser indicada pela BHTRANS.

e) Comprovação que possui escritório em Belo Horizonte, ainda que não seja sediada nesta Capital.

8.2.1 – Para atendimento à alínea “c” do subitem anterior, a ADJUDICATÁRIA deverá requerer seu cadastramento diretamente ao SUCAF, conforme abaixo:

- a) Endereço: Av. do Contorno, n.º 5.454, Funcionários, BH/MG
Telefone: 0 xx 31 3277 – 8186
Site: www.pbh.gov.br/sucaf





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

b) para interessados SEDIADOS FORA DE BELO HORIZONTE, encaminhar documentação para:

Gerência de Cadastro de Fornecedores, da Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa – SMAGEA

Endereço: Rua Espírito Santo, 605 - 14º andar - Bairro Centro - CEP 30.160-919
Telefone: 0 xx 31 3277-4677
e-mail: gemec@pbh.gov.br

8.3 – A recusa injustificada por parte da ADJUDICATÁRIA para a assinatura do Contrato, ou ainda, o descumprimento do disposto nas alíneas “c” e “d” do item 8.2, será configurado como descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a ADJUDICATÁRIA infratora ao pagamento de multa correspondente a 3% (três por cento) do valor global proposto, além de outras sanções legais cabíveis.

8.4 – Não atendendo a ADJUDICATÁRIA à convocação para assinar o Contrato ou deixando de fazê-lo por qualquer motivo a ela imputado, convocar-se-á outra LICITANTE, segundo a ordem de classificação, caso não haja interesse da BHTRANS na realização de nova licitação, nos termos do art. 64 da Lei Federal n.º 8.666/93.

8.5 – O disposto no item 8.3 não se aplica às LICITANTES remanescentes convocadas para assinar o Contrato, nos termos e condições da ADJUDICATÁRIA, quando esta deixar de assiná-lo.

CAPÍTULO 9 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

9.1 – Sem prejuízo das disposições previstas em lei e outras definidas na Minuta de Contrato – Anexo XI, obriga-se a Contratada a:

9.1.1 – Assegurar a boa qualidade dos serviços prestados.

9.1.2 – Assumir inteira responsabilidade civil e administrativa por danos e prejuízos que causar por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto desta licitação.

9.2 – As demais obrigações e responsabilidades das partes contratantes estão definidas e detalhadas na Minuta de Contrato – Anexo XI.

CAPÍTULO 10 CONDIÇÕES FINANCEIRAS DA CONTRATAÇÃO

10.1 – CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO DO FATURAMENTO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

As condições de apresentação do faturamento, do pagamento e do reajustamento de preço estão definidas na Minuta de Contrato – Anexo XI.

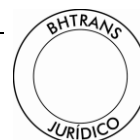
10.2 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente licitação serão providas por recursos indicados na Funcional Programática n.º 26.452.060.2837, Natureza de Despesa 33.90.35-01, Fonte 0380, Unidade Orçamentária 2905 e Unidade Administrativa 0134 do Fundo de Transporte Urbano – FTU.

CAPÍTULO 11 IMPUGNAÇÕES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1 – CONDIÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DE IMPUGNAÇÕES

11.1.1 – Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, qualquer LICITANTE poderá impugnar os termos deste Edital apontando as falhas e irregularidades que o viciaram.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

11.1.2 – A impugnação deverá obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

- a) ser dirigido à Comissão Permanente de Licitação;
- b) ser apresentado em uma via original, contendo razão social, CNPJ e endereço, telefone e/ou e-mail da empresa impugnante, rubricado em todas as folhas e assinado pelo(s) representante(s) legal(ais), devidamente comprovado;
- c) ser protocolizado na sala da CPL – Comissão Permanente de Licitação, à Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Prédio 1, Bairro Buritis, Belo Horizonte – MG, CEP: 30.455-902, até às 17h30 do dia de seu vencimento.

11.1.3 – A CPL – Comissão Permanente de Licitação não se responsabilizará por impugnação encaminhada por via postal ou equivalente (serviços especializados de entrega, transportadoras etc.), entregue em locais diversos do mencionado na alínea “c” do subitem 11.1.2 e que, por isso, não seja protocolizada no prazo legal, independentemente da data e horário da postagem ou da remessa.

11.1.4 – Não será considerada impugnação enviada por fax ou por qualquer tipo de correio eletrônico.

11.1.5 – A apresentação de impugnação, após o prazo estipulado, não a caracterizará como tal, recebendo tratamento como mera informação.

11.1.6 – A decisão da CPL será enviada ao impugnante via fax ou e-mail e poderá ser divulgada no *site* da BHTRANS para conhecimento de todos os interessados.

11.1.7 – Nos termos do § 2º do art. 41 da Lei nº 8.666/93, decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que, tendo-o aceitado sem objeção, venha a apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

11.2 – CONDIÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSOS E CONTRARRAZÕES

11.2.1 – A LICITANTE poderá apresentar recursos contra as decisões da CPL – Comissão Permanente de Licitação, nos termos do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2.2 – Interposto recurso, a CPL dará ciência as demais LICITANTES por meio de publicação no DOM – Diário Oficial do Município e no *site* da BHTRANS, que poderão impugná-lo no prazo legal.

11.2.3 – O recurso e respectivas contrarrazões deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

- a) ser dirigido ao Secretário Municipal de Serviços Urbanos, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após a publicação dos resultados no DOM – Diário Oficial do Município;
- b) ser dirigido ao Secretário Municipal de Serviços Urbanos, nos casos de anulação ou revogação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- c) ser apresentado em uma via original, contendo razão social, CNPJ e endereço da empresa, rubricado em todas as folhas e assinado pelo(s) representante(s) legal(ais), devidamente comprovado(s);
- d) ser protocolizado na sala da CPL – Comissão Permanente de Licitação, à Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Prédio 1, Bairro Buritis, Belo Horizonte – MG, CEP: 30.455-902, até às 17h30 do dia de seu vencimento.

11.2.4 – A CPL – Comissão Permanente de Licitação não se responsabilizará por recursos e contrarrazões encaminhados por via postal ou equivalente (serviços especializados de entrega, transportadoras etc.), entregues em locais diversos do mencionado na alínea “d” do subitem 11.2.3 e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal, independentemente da data e horário da postagem ou da remessa.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

11.2.5 – Não serão considerados recursos enviados por fax ou por qualquer tipo de correio eletrônico.

11.2.6 – Os prazos de recurso poderão ser dispensados, caso haja concordância absoluta das LICITANTES, devendo o fato ser registrado em Ata.

11.2.7 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.2.8 – O recurso será julgado nos termos do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2.9 – A decisão acerca do recurso interposto será divulgada por meio de publicação no DOM – Diário Oficial do Município e no *site* da BHTRANS.

CAPÍTULO 12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

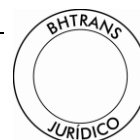
12.1 – Constitui ilícito administrativo todo descumprimento de dever legal ou de regra prevista neste Edital e nos seus Anexos, que notadamente:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;
- c) tumultuar a sessão pública de licitação;
- d) devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo;
- e) afastar ou procurar afastar LICITANTE, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- f) abster-se ou desistir de licitar, em razão de vantagem oferecida;
- g) deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;
- h) desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;
- i) propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- j) deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao SUCAF, dentro do prazo concedido pela Administração Pública, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;
- k) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

12.2 – Aplicar-se-á as penalidades nos termos previstos no Decreto Municipal 15.113/2013, destacando-se o disposto no inciso III, artigo 7º no que se refere ao procedimento licitatório e demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

12.3 – A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções administrativas.

12.4 – As penalidades e os percentuais das multas decorrentes do descumprimento contratual estão indicados na Minuta de Contrato – Anexo XI.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

12.5 – As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório.

CAPÍTULO 13 DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 – As dúvidas surgidas na aplicação deste Edital serão esclarecidas pela CPL, respeitada a legislação pertinente, facultando-se às LICITANTES formular consultas à Comissão, por escrito ([através do e-mail: bhtrans.cpl@pbh.gov.br](mailto:bhtrans.cpl@pbh.gov.br) ou via fax: (0xx31) 3379-5590), até o 2º (segundo) dia útil anterior à data limite prevista para a entrega das propostas.

13.1.1 – As respostas, quando de caráter geral, serão publicadas no DOM – Diário Oficial do Município e/ou disponibilizadas no *site* da BHTRANS.

13.1.2 – As respostas, que forem caracterizadas como meros esclarecimentos, serão encaminhadas por fax ou e-mail diretamente à empresa que apresentou as dúvidas e poderão ser disponibilizadas no *site* da BHTRANS.

13.2 – A LICITANTE é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação da LICITANTE ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

13.3 – Fica entendido que toda a documentação apresentada pelas LICITANTES se completa entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado como especificado e válido, na hipótese de possíveis divergências futuras.

13.4 – A CPL, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e releva omissões ou erros formais, observados na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência junto às LICITANTES, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no art. 43, § 3º da Lei Federal nº 8.666/93.

13.4.1 – No caso de diligência, se houver solicitação de documentos, estes deverão ser apresentados no original, em cópias legíveis autenticadas por cartório competente, em cópias legíveis não autenticadas, se acompanhados dos respectivos originais para autenticação a ser feita pela CPL ou em publicação em jornal da Imprensa Oficial.

13.4.2 – O não cumprimento da diligência ensejará a inabilitação da LICITANTE ou a desclassificação da proposta.

13.5 – A participação da LICITANTE implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste Edital e seus Anexos, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

13.6 – A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a BHTRANS revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou provação, mediante ato escrito e fundamentado.

13.7 – A BHTRANS poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

13.8 – Os termos dispostos neste Edital, as cláusulas e condições contratuais e as constantes dos demais Anexos se completam entre si, reportando um instrumento ao outro em caso de dúvidas ou omissões.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

13.9 – Os casos fortuitos e de força maior, que prejudiquem o cumprimento do Contrato, deverão ser comunicados por escrito e devidamente comprovados dentro do prazo de 5 (cinco) dias do evento, para que possam ser considerados válidos, a critério da BHTRANS, quando a empresa ADJUDICATÁRIA alegar a sua ocorrência, para que sejam relevadas as penalidades aplicadas.

13.10 – Para atender a seus interesses, a BHTRANS reserva-se o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93.

13.11 – Todos os procedimentos relativos à presente licitação, inclusive quanto aos casos omissos, subordinam-se aos princípios e disposições contidas na legislação mencionada neste Edital.

13.12 – Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Belo Horizonte, 18 de março de 2015.

Pier Giorgio Senesi Filho

Secretário Municipal de Serviços Urbanos
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH
Fundo de Transporte Urbano – FTU

CPL - BHTRANS

Endereço: Av. Eng.º Carlos Goulart, n.º 900, Prédio 1, Bairro Buritis
30.455-902 – Belo Horizonte/MG
Telefone: 0xx 31 3379-5591
Fax: 0xx 31 3379-5590
Site: www.pbh.gov.br/bhtrans
e-mail: bhtrans.cpl@pbh.gov.br

